



65º CONAD VAI DEBATER APOIO A LULA E DEFESA DA ÁREA DE C&T

Página 7

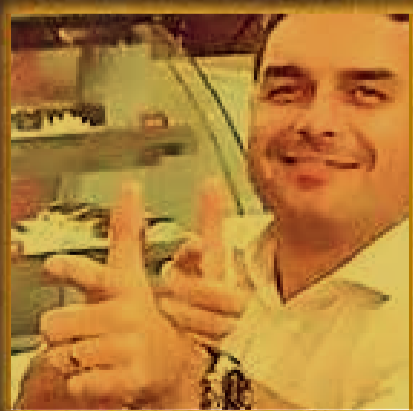
MEU, ÓDIO SERÁ TUA HERANÇA



00



01



02



03



O assassinato do tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), Marcelo Arruda, na comemoração de seus 50 anos, pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranho, trouxe a violência pregada por Jair Bolsonaro, seus filhos e apoiadores para o centro da campanha eleitoral. O título do western de Sam Peckinpah, de 1969, pode batizar o legado nefasto deste governo. **Páginas 4 e 5**

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Em pouco mais de uma semana, e a menos de três meses das eleições, uma tensa escalada de ataques colocou a violência política no centro da campanha eleitoral. O ápice dessa onda de ódio foi o assassinato do guarda municipal Marcelo Arruda, tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), no último domingo (10). Ele foi morto a tiros pelo policial penal bolsonarista Jorge Guarinho, que invadiu a festa de 50 anos de Arruda — cujo tema era o PT e o ex-presidente Lula — aos gritos de “Aqui é Bolsonaro!”. Nesta sexta-feira (15), a Polícia Civil do Paraná indiciou o bolsonarista por homicídio, mas descartou motivação política para o crime.

O **Jornal da AdUFRJ** ouviu especialistas para avaliar o impacto do assassinato na campanha eleitoral e seus desdobramentos

O **Jornal da AdUFRJ** ouviu especialistas para avaliar o impacto do assassinato na campanha eleitoral e seus desdobramentos para o período posterior ao pleito, e mesmo após a posse do futuro presidente. “Acho que a violência vai ser a tônica dessa campanha”, acredita a professora Mayra Goulart, cientista política e vice-presidente da AdUFRJ. Para ela, essa será uma herança nefasta: “Essa violência será um legado do governo Bolsonaro, ela vai se manter no horizonte político por algum tempo”.

Os historiadores Paulo Fontes e Michel Gherman, ambos professores da UFRJ, têm visões semelhantes à de Mayra. “Essa cultura da violência se estruturou politicamente de tal forma que não será superada em quatro anos, é um processo de mais longo prazo”, prevê Fontes. “Esse discurso pode acionar o que há de pior outra vez, e vamos conviver com isso pelos próximos anos. Lula e a esquerda vão ter que saber lidar com isso e construir uma repactuação civilizatória”, acentua Gherman. As avaliações dos especialistas so-



bre essa escalada de violência política — incluindo uma suposta “polarização” amplificada, sobretudo, pela mídia tradicional — estão nas páginas 4 e 5.

Violência rima com destruição, outra especialidade do governo Bolsonaro. Em seu projeto de desestruturar as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, o Planalto fez modificações na previsão orçamentária da UFRJ para 2023. Desta vez, a fachada veio em forma de manobra: cortar rubricas financiadas para o Tesouro e elevar o orçamento da receita própria da universidade. Isso sem qualquer consulta à UFRJ. Nem o combalido Museu Nacional escapou. A verba para a reconstrução do museu caiu de R\$ 3,4 milhões para R\$ 1,5 milhão — menos da metade.

Mas a mobilização contra os cortes vem ganhando força. Por conta dela, esta semana o Congresso impediu o bloqueio de verbas do FNDCT. E a Assembleia Legislativa foi palco de uma audiência pública que reuniu universidades e instituições federais sediadas no Rio contra as tesouradas no orçamento. “A falta de financia-

mento tem um impacto direto sobre as condições de trabalho dos docentes. Um exemplo claro é que, depois da pandemia, os prédios que ficaram mais de um ano praticamente sem uso se degradaram. E, sem verbas para manutenção, eles propiciam condições sanitárias inadequadas para os professores, alunos e técnicos”, descreveu aos parlamentares o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. “Nossa Ciência está vivendo um cenário de pós-guerra de um país vencido”, pontuou. Confirma o mais recente panorama dos cortes e das mobilizações em defesa da Ciência na página 3.

A ampliação do leque de convênios da AdUFRJ para seus associados é o tema de nossa matéria 8. Completam a edição uma reportagem, na página 6, sobre os recentes ataques de cães nas imediações do Centro de Tecnologia (CT) — foram 13 em três meses — e a cobertura do 65º Conad do Andes, na página 7. Boa leitura!

“REITOR ELEITO SERÁ REITOR EMPOSSADO”, GARANTE LÍDER DO PT

O processo de escolha dos reitores das universidades federais pela comunidade acadêmica voltará a ser respeitado, caso ex-presidente Lula seja eleito. A garantia é do deputado federal Reginaldo Lopes. Líder do PT na Câmara, em entrevista à CBN. No dia 11, a rádio iniciou uma série de programas para ouvir representantes dos principais candidatos ao Palácio do Planalto sobre educação. “Reitor eleito será reitor empossado. Sempre foi assim no governo do presidente Lula”, afirmou Lopes. O deputado defendeu a reserva de um percentual da arrecadação do Estado para financiamento das universidades e centros de pesquisa. O índice seria definido após debate entre as associações de reitores das universidades e instituições federais (Andifes e Conif, respectivamente) e o MEC. “Teremos que fazer a regulamentação da autonomia universitária tendo foco na autonomia financeira, o que é fundamental para preservar este patrimônio do povo brasileiro. A nação não se desenvolve sem ciência e tecnologia”.

Um eventual governo Lula também voltará a ser como referência as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. “As 20 macrometas do PNE foram abandonadas pelo governo Bolsonaro”, disse. “Teremos apenas dois anos (para alcançar as metas)”. Para ter sucesso na área, Reginaldo espera articular um pacto entre União, estados e municípios em torno de um sistema nacional de educação. Questionado sobre as escolas cívico-militares implantadas pelo governo Bolsonaro, o representante do PT respondeu que a gestão do processo educacional cabe apenas à comunidade escolar. “Os militares não têm que fazer gestão do projeto pedagógico”, concluiu. Apenas a candidatura do atual presidente não aceitou o convite da rádio para apresentar as propostas para a educação. Todas as entrevistas, com duração de 20 minutos, poderão ser acessadas no site, no YouTube e no Facebook da CBN. (Kelvin Melo)

IFCS DEBATE ASSÉDIO INSTITUCIONAL

A Sala Evaristo de Moraes Filho (109) do IFCS recebe o lançamento do livro “Assédio Institucional no Brasil: avanços do Autoritarismo e Desconstrução do Estado” em 18/07, às 16:40. O evento está marcado para começar às 16h40. Participam da mesa de debate: José Celso Cardoso Jr. (Ipea), Tatiana Roque (UFRJ), Guilherme Coelho (Republica.org) e Mayra Goulart (diretora da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento).



AdUFRJ vai à Alerj e denuncia cortes

> Após restrições sucessivas no orçamento, instituições federais de ensino sediadas no Rio temem falta de condições para manter atividades acadêmicas

KELVIN MELO
kelvini@adufrj.org.br

“Nossa ciência está vivendo um cenário de pós-guerra de um país vencido”. A afirmação do presidente da AdUFRJ, professor João Torres, resume uma audiência na Assembleia Legislativa sobre o orçamento das universidades e institutos federais sediados no Rio, dia 11.

O professor citou o “orçamento do conhecimento”, estudo conduzido pelo Observatório do Conhecimento. De acordo com o levantamento, o sistema federal de universidades e de ciência e tecnologia do país perdeu quase R\$ 100 bilhões, desde 2014. “A falta de financiamento tem um impacto direto sobre as condições de trabalho dos docentes”, explicou João aos parlamentares presentes. “Um exemplo claro é que, depois da pandemia, os prédios que ficaram mais de um ano praticamente sem uso se degradaram. E, sem verbas para manutenção, eles propiciam condições sanitárias inadequadas para os professores, alunos e técnicos”.

Estava todo mundo lá: UFRJ, UFF, UniRio, Rural, Instituto Federal Fluminense, IFRJ, Cefet e Pedro II. Diante dos sucessivos cortes nas receitas, gestores de todas as instituições compareceram à Alerj para apresentar um pedido de socorro coletivo. Em comum, existe a preocupação de assegurar o funcionamento até o final de ano, com garantia de assistência aos alunos mais vulneráveis e preservação dos empregos de funcionários terceirizados.

A situação é reflexo de uma queda brusca do financiamento das universidades. O orçamento



JOÃO TORRES “Ciência vive um cenário de pós-guerra de país vencido”

discricionário — ou seja, a parte que exclui as despesas com pessoal — despencou à metade em apenas sete anos. “Desde 2016, o orçamento das universidades federais vem sofrendo expressivas perdas. Até 2019, eram perdas inflacionárias. A partir de 2020, além das perdas inflacionárias, o orçamento discricionário vem caindo, ano a ano, em valores nominais. Isso fez com que em 2022 o orçamento discricionário seja da ordem de 50% do que era em 2015”, disse o presidente da associação de reitores (Andifes), professor Marcus David, que participou do evento por videoconferência. O dirigente enfatizou que a perda repercutiu de forma significativa na economia de um estado como o Rio, que possui muitas instituições federais de ensino.

Entre elas, a maior e mais antiga universidade do país sofre uma crise do seu tamanho. “O nosso orçamento cai em termos reais e nominais e nossas despesas têm crescimento alto,

que independem de nós”, disse o pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp. “É possível que tenhamos de tomar medidas drásticas de interromper semestres, decretar férias coletivas. É o único mecanismo pelo qual eu poderei reduzir abruptamente os contratos”.

Além dos prejuízos ao ensino, pesquisa e extensão, a decisão teria um efeito imediato na vida de milhares de pessoas: “Temos uma força de trabalho de quase três mil servidores terceirizados. São os primeiros a pagar esta conta, quando somos obrigados a suspender ou finalizar contratos. São os primeiros a perder seus empregos”. Os nove hospitais da UFRJ, embora contem com outras fontes de receita, também depende do orçamento da universidade.

O problema não se limita a 2022. O projeto de lei orçamentária para 2023 do governo Bolsonaro aponta um corte nas verbas das universidades.

GOVERNO “MASCARA” CORTE NA UFRJ PARA 2023

O governo modificou a previsão orçamentária da UFRJ para 2023: em vez do corte de 12,6%, anunciado na edição anterior do **Jornal da AdUFRJ**, o índice será de 2,53% (ou R\$ 8,3 milhões). “Cai de R\$ 329,2 milhões para 320,9 milhões. Mas esta queda está ‘mascarada’ por alguns movimentos feitos na proposta orçamentária do governo”, informou o pró-reitor de Finanças, professor Eduardo Raupp, durante o Consuni do dia 14.

A principal manobra do governo consistiu em cortar nas rubricas financiadas pelo Tesouro e, paralelamente, elevar o orçamento da receita própria da UFRJ — resultante basicamente de alugueis de terrenos —, sem consultar a reitoria. “Ou seja, para que o impacto final fosse menor no global do orçamento, o governo está trocando fonte que vem dele por fonte que nós arrecadamos. Nós tínhamos uma previsão de aumento da arrecadação no ano que vem, mas o governo a colocou para cima, sem que houvesse qualquer tipo de ajuste conosco”, explicou Raupp. A perda na rubrica de funcionamento da universidade ficou em 14% (R\$ 18,5 milhões). Já o aumento da receita própria chegou a 31% (R\$ 14 milhões). Se as receitas próprias fossem excluídas da conta, o corte geral seria de 8%. Em uma avaliação preliminar, esta manobra já foi detectada em outras universidades, segundo o pró-reitor.

Nem o Museu Nacional foi poupado da tesourada. A rubrica de reconstrução da unidade cai para menos da metade (R\$ 3,4 milhões para R\$ 1,5 milhão). A proposta do governo preserva a verba de assistência estudantil, porém, sem reajuste. “É uma situação muito delicada, pois temos os riscos de carregar para o ano que vem os problemas de 2022”. O pró-reitor lembrou que a já insuficiente dotação orçamentária deste ano, de R\$ 329 milhões, sofreu cortes. “Estão R\$ 309 milhões, a mesma do ano passado, quando estávamos remotos”.

AValiação da AdUFRJ

Vice-presidente da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart saudou a iniciativa da Alerj de reunir representantes de todas as instituições federais de educação do estado. A professora acredita que o evento — e sua possível reprodução nas demais assembleias legislativas e câmaras municipais do Brasil — cria uma pressão sobre deputados federais e senadores e pode ajudar a melhorar os números da Educação e da Ciência junto ao Congresso Nacional. “Quanto mais participação da sociedade civil, melhor”, disse.

CONGRESSO NACIONAL REJEITA BLOQUEIO DO FNDCT

Em um único dia, duas vitórias para a ciência brasileira. Na terça-feira (12), o Congresso retirou de um projeto de lei o trecho que permitiria ao governo bloquear — e transferir para outras áreas — os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Além disso, os parlamentares aprovaram na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 um aumento da parte do FNDCT para os chamados

recursos não reembolsáveis, destinados a projetos de universidades e institutos de pesquisa. Com o projeto de lei, o governo tentava formalizar o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões aplicado ao FNDCT em junho. Uma medida que já contrariava legislação aprovada pelo próprio Congresso no ano passado, a Lei Complementar 177, de acabar com a reserva de contingência e de impedir qualquer tipo de corte do fundo. Seguindo um desta-

que apresentado pela bancada do PT, os deputados rejeitaram o dispositivo (197 votos contra 187), que nem precisou ser votado no Senado. A decisão, segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), não reverte automaticamente, mas torna ainda mais frágil o bloqueio operado pelo governo. Em seguida, em uma sessão conjunta, os parlamentares aprovaram uma mudança na LDO que reduz de 50% para

15% o percentual de recursos do FNDCT que pode ser emprestado para empresas investirem em pesquisa. O dinheiro não é usado e acaba retornando, ao final do exercício fiscal, para os cofres do governo. Pela nova regra, 85% do fundo irão para os recursos não reembolsáveis. “Isso pode significar um aporte para o ano que vem da ordem de R\$ 3 bilhões. Não é pouco. Pode fazer a diferença para muitas ações”, afirma o

presidente de honra da SBPC e professor do Instituto de Física da UFRJ, Ildeu Moreira. A nova divisão do FNDCT ainda pode ser vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, que terá um prazo de 15 dias úteis a partir do recebimento do texto para a sanção. “Foi uma vitória importante da comunidade científica. Não está consolidada. Na LDO, o presidente pode vetar e vamos brigar no Congresso para manter”, disse Ildeu.

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

“Aqui é Bolsonaro!” Com esse grito de guerra, como se fosse um salvo-conduto para matar, o policial penal federal bolsonarista Jorge Guarani invadiu a festa de aniversário de 50 anos do guarda municipal Marcelo Arruda, tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), e o assassinou a tiros na frente da família e de amigos, no último domingo (10). A festa tinha como tema o PT e o ex-presidente Lula. O crime foi o ápice de uma escalada de violência que incluiu, em pouco mais de uma semana, outros episódios preocupantes: em Brasília, um ataque ao carro do juiz que mandou prender o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, acusado de corrupção; em São Paulo, um tiro numa vidraça do prédio do jornal Folha de S.Paulo; no Rio, uma bomba com fezes lançada sobre a multidão no comício do candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

A menos de três meses da eleição, o assassinato em Foz do Iguaçu acendeu a luz amarela no horizonte da política nacional. O que esperar do acirramento da violência na campanha? Como será o período entre o pleito e a posse do eleito — sobretudo sendo Lula o escolhido nas urnas? E como esse discurso de ódio, alimentado diariamente pelo presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, sobreviverá a uma retomada da Presidência pelo campo democrático? Para refletir sobre essas e outras questões, o **Jornal da AdUFRJ** ouviu

O NEFASTO LEGADO DA VIOLÊNCIA

acadêmicos da UFRJ atentos aos lances da cena política brasileira. E deles colheu uma triste constatação: do desgoverno Bolsonaro, durante ainda um bom tempo, o ódio será a nossa herança.

“Acho que a violência vai ser a tônica dessa campanha. A violência política é usual no Brasil em algumas eleições, sobretudo municipais. Mas no âmbito nacional, em eleição presidencial, não havia essa marca. Eu acredito que no pós-eleição nós teremos surtos de violência, e essa violência será um legado do governo Bolsonaro, ela vai se manter no horizonte político por algum tempo. Assim como a violência não política. Quando a gente tem um mandatário que reivindica a violência, a gente

vê, por exemplo, o aumento da truculência policial. Você tem um guarda-chuva simbólico para o uso da violência”, avalia a cientista política Mayra Goulart, professora do IFCS e vice-presidente da AdUFRJ.

Tudo leva a crer que o guarda-chuva simbólico ao qual Mayra se refere está por trás do assassinato em Foz do Iguaçu. Mas nesta sexta-feira (15), em entrevista coletiva para expor as conclusões do inquérito, a delegada responsável pelo caso, Camila Ceconello, da Polícia Civil do Paraná, descartou motivação política e disse não haver provas de crime de ódio. “Para você enquadrar em crime político, tem que enquadrar em alguns requisitos. É complicado a gente dizer que esse homicídio ocorreu porque o

autor queria impedir os direitos políticos da vítima. Ele tinha a intenção de provocar. E a gente avalia que a escalada da discussão entre os dois fez com que o autor voltasse e praticasse o homicídio. Parece mais uma coisa que se tornou pessoal”, disse a delegada. Guarani foi indiciado por homicídio duplamente qualificado — por motivo torpe e por causar perigo comum — e segue internado. Ele foi baleado por Arruda, que revidou e atingiu o policial.

Mayra ressalta que, por vezes, a complacência das instituições estimula a violência. “No caso do Bolsonaro, é importante salientar que ele tem toda uma trajetória legislativa em que reivindicou a violência, a tortura da ditadura militar como algo

positivo. Ele tem declarações em plenário dizendo que a ditadura errou porque não matou quem torturou. E todo um discurso punitivista que apresenta a violência como uma solução para os problemas. Disse várias vezes que queria fuzilar adversários. E isso com respaldo e conivência das instituições que não o puniram no momento devido, que é quando ele apresenta essa retórica de violência em plenário, ainda como deputado, durante seus sete mandatos consecutivos”, lembra a professora.

Em seu perfil no Twitter, onde se apresenta como “conservador e cristão”, Jorge Guarani tem várias postagens de apoio ao presidente Jair Bolsonaro e aos seus aliados. Em uma delas, ele posa em uma foto ao lado do

deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL), filho do presidente. No mesmo domingo em que Marcelo Arruda foi assassinado — ele tinha mulher, Pamela Arruda, e quatro filhos, o mais novo com 40 dias de vida —, Eduardo Bolsonaro comemorou seus 38 anos com um bolo de aniversário enfeitado com uma arma e balas de revólver.

Para Paulo Fontes, professor do Instituto de História da UFRJ, Bolsonaro, seus filhos e apoiadores se colocam como condutores da retórica da violência. “Há um passe-livre para a violência dado pela suprema autoridade do país, o presidente da República. O filho do presidente comemorou seu aniversário com um bolo em forma de arma. Ele é um parlamentar, um servidor público. A mensagem que está sendo passada ali sai da esfera do privado para a pública. O culto à arma, à violência. Eu temo que seja isso mesmo que esses setores querem, que os que defendem a democracia se atemorizem, que andem no fio da navalha, e fiquem reféns dessa lógica. Ou que venha o caos, a destruição do processo democrático por dentro dele próprio. É preciso que não só a esquerda, que é a vítima, se pronuncie, mas também que setores democráticos se manifestem”, diz o professor.

Fontes acredita que a retórica da violência perdure após as eleições. “Os historiadores são péssimos profetas. Eu espero que Bolsonaro seja derrotado nas eleições, e que as forças democráticas triunfem. Mas, mesmo com a derrota dele, o bolsonarismo não vai morrer da noite para o dia. Essa cultura da violência se estruturou politicamente de tal forma que não será superada em quatro anos,

é um processo de mais longo prazo. Mas acredito que, ao ter passado por essa experiência, a sociedade brasileira possa criar um antídoto, e tornar esses setores cada vez mais minoritários”, espera ele.

O historiador Michel Gherman, professor do IFCS, avalia que os próximos meses serão de alta tensão. “A questão fundamental não é a eleição, mas o período entre novembro e janeiro. São momentos muito perigosos porque Bolsonaro não mais vai estar vinculado a uma espécie de verniz institucional. Depois da derrota, o que podemos esperar? Tenho muito medo do que poderá acontecer com as polícias militares, sobretudo as do Sudeste. Esse é o grande desafio do Lula: preparar a governabilidade. E há o risco da tentativa de golpe. Bolsonaro pode partir para o tudo ou nada depois das eleições até para produzir um discurso de heroização, como aconteceu com Donald Trump nos Estados Unidos”, analisa Gherman.

O professor também acredita que a herança do ódio permanecerá após as eleições. E faz um alerta: “Bolsonaro não vai desaparecer. Mas mesmo que ele desapareça, vá para o exílio em Miami ou nas Filipinas, o discurso de ódio produzido pela direita liberal permanecerá. Bolsonaro é um contador de corpos, e ele tem pelo menos três filhos na política. Esse discurso pode acionar o que há de pior outra vez, e vamos conviver com isso pelos próximos anos. Lula e a esquerda vão ter que saber lidar com isso e construir uma repactuação civilizatória”.

Diante desse quadro, o que os verdadeiros cidadãos de bem esperam é que venha outro grito, não de guerra, mas de paz: “Aqui não é mais Bolsonaro”.

A FALSA TESE DA ‘POLARIZAÇÃO’

O assassinato de Marcelo Arruda suscitou algumas análises, sobretudo na mídia tradicional, de que o crime seria fruto de uma polarização entre a esquerda, personificada na candidatura de Lula, e a extrema-direita, representada por Bolsonaro. Os especialistas ouvidos pelo **Jornal da AdUFRJ** não só refutam com veemência essa tese como a qualificam como perigosa.

Para Michel Gherman, o que está por trás do discurso da polarização é a terceira via. “O que a direita liberal brasileira produziu foi trazer para dentro do debate político um posicionamento de extrema-direita. Em última instância, ela trouxe a terceira via, que alguns cientistas políticos chamam de fascismo. Ela trouxe alguém que era um *outsider*, que sempre foi um fascista. Alguém que desafia as normas institucionais, que não respeita as instituições, que aposta na violência como arma política a priori. Esse sujeito foi trazido como segunda via. A terceira via não é a Simone Tebet, não é o Ciro Gomes. A terceira via é o Bolsonaro”, avalia Gherman.

O professor diz que, a partir dessa constatação, o debate sobre uma eventual polarização está contaminado. “Claro que não é polarização. O que a gente tem aqui é um debate sobre aqueles que acionam a violência, aqueles que tentam melar a eleição. Polarização com quem? Com o PT? Com todas as críticas que se possa fazer ao PT, o que não se pode dizer é que ele está fora do campo da democracia. Polarização entre os que matam e os que morrem? Entre os que jogam bomba e os que são alvo dela?”, questiona.

Mayra Goulart vai na mesma linha. “Não existe simetria. Nem no evento, como certa cobertura da mídia tradicional abordou, falando em troca de tiros. Foi um assassinato brutal, unilateral, a partir de uma pessoa que reivindica o bolsonarismo como uma justificativa para cometer o crime. E isso não tem correspondência com o outro lado, que é simplesmente o da vítima. Em termos políticos, não há dois polos se radicalizando, à direita e à esquerda. Existe só um polo que caminha para a extrema-direita. A mesma coisa se aplica à violência. Nós temos um campo que reivindica a violência, um último recurso possível, como método”, aponta ela.

Um equívoco perigoso. Assim o professor Paulo Fontes avalia a tese da polarização. “Há um discurso que parte da mídia tradicional vem amplificando que culpa uma polarização abstrata pela violência. Isso significa não culpar ninguém porque polarização é algo que não tem nome, não tem carne e osso por trás. Não há similaridade. Você está tratando de um presidente e de seus apoiadores que usam uma retórica de ódio e avalizam o tempo todo a possibilidade de ações como a que aconteceu em Foz do Iguaçu. Aquilo foi de uma violência inaudita. Querem comparar o agressor ao agredido é uma velha tática de certos setores que tentam criar falsas similaridades. Como se existissem dois polos iguais. Há um polo de extrema-direita que cultua a violência e que flerta o tempo todo com o rompimento democrático. O outro, não. A fala da polarização é oportunista”, acentua Fontes.



Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”.

(COMÍCIO EM RIO BRANCO, SEGURANDO UM TRIPÉ DE TV COMO SE EMPUNHASSE UM FUZIL, DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL, EM 1º/9/2018)

Nossa bandeira jamais será vermelha! Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela”.

(DISCURSO DE POSSE, PARLATÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO, 1º/1/2019)

Eu quero todo mundo armado. Que povo armado jamais será escravizado”.

(REUNIÃO MINISTERIAL NO PALÁCIO DO PLANALTO, 22/4/2020)

Só saio preso, morto ou com vitória. Quero dizer aos canalhas que eu nunca serei preso”.

(DISCURSO NA AVENIDA PAULISTA, NA CAPITAL DE SÃO PAULO, 7/7/2021)



Somente os ditadores temem o povo armado. Eu quero que todo cidadão de bem possua sua arma de fogo para resistir, se for o caso, à tentação de um ditador de plantão”.

(DISCURSO EM EVENTO DO AGRONEGÓCIO EM MARINGÁ, NO PARANÁ, 11/5/2022)



Não preciso dizer o que estou pensando, mas você sabe o que está em jogo. Você sabe como você deve se preparar, não para o novo Capitólio, ninguém quer invadir nada, mas sabemos o que temos que fazer antes das eleições”.

(LIVE SEMANAL DO PRESIDENTE, 7/7/2022)

A arma de fogo, além de segurança para as famílias, ela também é segurança para a nossa soberania nacional e a garantia que a nossa democracia será preservada. Não interessa os meios que um dia porventura tenhamos que usar”.

(DISCURSO EM EVENTO EM PROPRIÁ, EM SERGIPE, 17/5/2022)

ATAQUE DE CÃES CRESCCE NO CT

Em três meses, a prefeitura do campus registrou 13 perseguições a professores e estudantes. Campanhas de conscientização são insuficientes diante do crescente abandono de cachorros

ISADORA CAMARGO
comunica@adufrrj.org.br

A cair da noite, em 28 de junho, o estudante de arquitetura Pedro Negromonte, 25 anos, e duas amigas estavam passando pelo estacionamento do Centro de Tecnologia, bloco G, quando foram cercados por seis cães. Um dos membros da matilha avançou na perna de Pedro, e o mordeu atrás do joelho. “Como estava de calça, foi mais superficial, de bermuda teria cravado”, conta. “Só espero não encontrá-los nunca mais”.

O ocorrido não é um caso isolado. Desde o retorno das aulas presenciais, em abril, já foram pelo menos 13 casos parecidos. No dia 5 de julho, à noite, no mesmo estacionamento do bloco G do CT, Júlia Pancini, 30 anos, doutoranda na Escola de Química, caminhava na direção de seu carro quando começou a ouvir latidos. “Eram cinco ou seis cachorros, não lembro direito, foi tudo muito rápido. Gritei e usei a bolsa para empurrar o que parecia ser o líder. Ele saiu e os outros foram atrás.”



Amanda Sampaio (foto), 20 anos, graduanda na EQ e amiga de Júlia, também foi atacada no mesmo lugar, na semana anterior ao sufoco sofrido por Júlia, mas com um detalhe delicado: Amanda estava alimentando um dos cachorros. “Fui dar comida. Quando cheguei perto, um se assustou e latiu pra mim. O outro me deu uma mordida na panturrilha. Fui ao hospital por precaução e tomei as vacinas.”

Amanda é aluna do professor

emérito Ricardo Medronho, de 70 anos, que, em maio, também foi cercado por seis cães. “No estacionamento, era meia dúzia num semicírculo na minha frente, rosnando, latindo e mostrando os dentes. Eu ameaçava ir pra cima deles e depois dava uns passos pra trás, até que consegui chegar no carro.” Desde o susto, o diretor da AdUFRJ clama por alguma providência. “Eu temo que, eventualmente, possa acontecer um acidente mais grave. Alguma solução tem que ser dada”, critica.

Os ataques, antes esporádicos, tornaram-se cotidianos no pós-pandemia, e decorrem do aumento de cães que são abandonados no campus. Os abrigos provisórios da UFRJ estão mais lotados do que nunca. O Serviço de Monitoramento Animal e Ambiental (SEMA), da Prefeitura da Cidade Universitária, calcula que existem hoje cerca de 85 cães abandonados no Fundão. Mais da metade estão acolhidos nos abrigos: 12 na Prefeitura e 45 na Vila Residencial. A outra parte está solta e divide-se entre o corpo de bombeiros, o alojamento e o CT, formando a matilha descrita nos relatos.

A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (SMPDA), que também costumava acolhê-los, não tem mais essa condição. “Na pandemia, as pessoas adotaram, agora estão abandonando, também por conta da crise. Não há campanha de adoção que adiante para esvaziar”, relata Jack Calderini, chefe de fiscalização contra maus tratos da SMPDA.

Uma vez abandonados, os viralatas podem ficar agressivos. “São animais territorialistas, em locais abertos eles resselvagerizam: formam grupos e abandonam o comportamento doméstico. Podem avançar quando se sentirem ameaçados, ou quando estiverem em grande maioria.” explica o professor Antonio Solé, do Instituto de Biologia da UFRJ, que também teve uma aluna atacada.

Na semana passada, a Prefeitura Universitária realizou uma primeira tentativa de capturar a matilha do CT. A intenção é levá-los para castração e vacinação, e acolhê-los em um novo abrigo provisório (que está sendo estruturado no Polo de Biotecnologia), até que sejam adotados. No entanto, a ação não deu certo. “Já sabem que a gente vem pra pegar eles, fogue e se escondem.” comenta Antonio Avelino, responsável pelo SEMA. Nos próximos dias,



ocorrerá uma segunda tentativa, com ajuda da Secretaria Municipal. A estratégia agora será diluir um sedativo na água dos cães.

O abandono de animais domésticos no Fundão é um problema há mais de uma década. Em 2012, a UFRJ criou um grupo de trabalho para mapear a questão e propor soluções. Como encaminhamento, foi criado o SEMA, em 2015, que atua, em conjunto com voluntários e doadores, na proteção

dos bichinhos — com vacinação, castração e alimentação dos soltos e abrigados. São todos destinados às campanhas de adoção, e dezenas já encontraram um lar. Além disso, o SEMA realiza campanhas de conscientização, como os diversos cartazes “Abandono de animais é crime federal (lei 9605/98)”, espalhados pelos campi.

PREFEITO RESPONDE

A Prefeitura do campus teme que aumente o número de ca-

sos de abandono de animais no Fundão. Em resposta, criou campanhas de adoção e propagandas alertando que abandonar é crime. “Aqui é um periferia aberto, e o monitoramento não dá conta de todos os cantos. Nunca conseguimos um flagrante. Não podemos virar um centro de referência para abandono. Apesar dos cuidados, o Fundão não é um bom local para animais domésticos”, conclui Marcos Maldonado, prefeito da Cidade Universitária.



FOTOS: ISADORA CAMARGO



ADUFRJ está representada no encontro pelos professores Luís Acosta, Mayra Goulart (ao centro) e Eleonora Ziller

Conad debate retorno presencial e conjuntura

> Apoio à candidatura de Lula e defesa da Ciência e Tecnologia devem agitar plenária do 65º Conselho do Andes

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Com o tema “Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas”, começou nesta sexta-feira (15) o 65º Conselho do Andes (Conad), na Universidade Estadual do Sudoeste de Bahia, em Vitória da Conquista (BA). A delegação da AdUFRJ é composta pelos professores Mayra Goulart, vice-presidente do sindicato, como delegada; Luís Acosta, da Escola de Serviço Social; e Eleonora Ziller, da Faculdade de Letras, ambos ex-

presidentes da AdUFRJ, como observadores. Participam do encontro 58 seções sindicais, 55 delegados, sete convidados e 26 dirigentes do Andes.

Na plenária de abertura, a presidente do Andes, Rivânia Moura, professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, salientou a conjuntura adversa e desafiadora. “Temos sofrido muitos ataques, e o Andes tem assumido um papel central na organização das lutas. Entendemos que precisamos derrotar este governo não só nas urnas, mas nas ruas, porque o bolsonarismo está instalado em toda a nossa sociedade”, disse Rivânia, sob aplausos e gritos de “fora, Bolsonaro!”. Apesar do chamado de união

contra Bolsonaro feito pela presidente, o Conad promete ser um ambiente de disputa política, uma continuação do último encontro anual do Andes. Temas como o apoio à candidatura do ex-presidente Lula e a proposta de trazer o sindicato nacional para a luta em defesa da área de Ciência e Tecnologia — posição defendida por um grupo considerável de associações docentes, entre elas a AdUFRJ — devem dominar os debates. O tema da defesa da área de C&T deve recolocar em discussão a importância para o movimento docentes do Observatório do Conhecimento, consórcio de associações docentes, coordenado pela AdUFRJ, que monitora as políticas públicas de investimento em Ciência e Tecnologia. A professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, espera que esse debate avance no Conad. “É fundamental que o Andes entenda a importância da defesa da Ciência e Tecnologia

“É fundamental que o Andes entenda a importância da defesa da Ciência e Tecnologia para a carreira docente e para a sociedade”

MAYRA GOULART
Vice-presidente da AdUFRJ

para a carreira docente e para a sociedade. Precisamos ter uma agenda clara e propositiva sobre o tema”, defendeu Mayra, que é coordenadora do Observatório do Conhecimento. Ela ressaltou que o Conad deve ser também um momento para que os docentes se unam em defesa da democracia. “É hora de união, de enfrentar o fascismo bolsonarista. Esta é uma luta de todos, é o nosso denominador comum”, defendeu.

A abertura também contou com uma apresentação da Marujada Mirim do Beco de Dôla, grupo formado por jovens e crianças atendidos por um projeto social de Vitória da Conquista, que dá aulas de música, ensina a construir instrumentos a partir de material reciclado e valoriza a herança cultural do povo negro.

A cobertura completa do evento você acompanha nas redes sociais da AdUFRJ e na próxima edição do nosso jornal.

NOTAS

UFRJ PROPÕE SETE NOVOS CURSOS DE PÓS PARA CAPES

O Consuni do dia 14 aprovou sete novos programas de pós-graduação. As propostas agora precisam passar pelo crivo da Capes. As comissões de avaliação de cada área farão a análise de mérito a partir de 17 de outubro. Diretor da Coppe, o professor Romildo Toledo comemorou as novas iniciativas. “Mesmo num período de crise tremenda que estamos vivendo, isso mostra a pujança da UFRJ”, disse. “A forma de enfrentar (a crise) é mostrando o que temos a oferecer à sociedade”.

MUDANÇA PERMITE REALIZAÇÃO DE CONSUNI HÍBRIDO

Uma resolução alterou o regimento do Conselho Universitário para permitir a realização de sessões híbridas. Ou seja, com alguns representantes participando por videoconferência. A ideia é facilitar a atuação de conselheiros lotados nos campi de Duque de Caxias e de Macaé, que precisam se deslocar a capital de 15 em 15 dias. O dispositivo também poderá ser usado por quem estiver cumprindo missão de trabalho (ou institucional) fora do município do Rio de Janeiro.



UNIVERSIDADE RECEBE VERBAS PARA ELEVADORES DO CENTRO DE TECNOLOGIA

A UFRJ foi contemplada em uma chamada do MEC para investimentos nas universidades. Um dos critérios seria a capacidade de empenhar a verba ainda em 2022. A universidade terá R\$ 2 milhões para a aquisição de elevadores do Centro de Tecnologia. “Quero colocar a equipe da PR-6 à disposição do CT para que este processo ocorra da forma mais rápida possível”, disse o pró-reitor de Governança, André Esteves. A UFRJ também conseguiu R\$ 1,5 milhão para climatizar o novo prédio da Física.

CARLOS AGUIAR DE MEDEIROS RECEBE O TÍTULO DE EMÉRITO

O professor Carlos Aguiar de Medeiros recebeu o título de emérito da UFRJ, no último Consuni. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, o docente liderou o processo de reestruturação da pós-graduação no Instituto de Economia, criando suas áreas, disciplinas e estrutura curricular. Carlos orientou 24 dissertações de mestrado e oito teses de doutorado, além de ser o autor de mais de 45 artigos em revistas especializadas no Brasil e no exterior, dois livros e 37 capítulos de livro.

NOVOS CONVÊNIOS ENTUSIASMAM FILIADOS

AdUFRJ firmou duas novas parcerias, uma com a papelaria Kalunga e outra com uma pet shop que oferece 15% de desconto para os sindicalizados

ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufrrj.org.br

Boas novas para os professores filiados à AdUFRJ. Os sindicalizados agora têm direito a um desconto de 5% em compras nas papelarias Kalunga e 15% nos serviços de hospedagem e *daycare* de cães e gatos, dentre outros animais, no Club Pet no Leblon. Esses convênios passam a compor uma lista de 20 parcerias oferecidas pelo sindicato. “Isso é um benefício para o filiado, estimula os professores a se filiarem e fortalece o sindicato”, diz Karine da Silva Verdoorn, diretora da AdUFRJ. Ela conta que o sindicato pretende ampliar a rede de parcerias. “Estamos finalizando as negociações para uma parceria com a drogaria Raia e em breve vamos divulgar os detalhes deste convênio”, completa a professora.

O acesso aos serviços pode ser feito na área dos filiados no site da AdUFRJ, na nova aba exclusiva para convênios. Basta entrar em contato diretamente com a empresa e solicitar o desconto. No caso da parceria com a Kalunga, é preciso ir até a AdUFRJ pegar o cupom. A profes-

sora Analy Leite, do campus Macaé, é sindicalizada e faz uso da parceria com a Escola Alfa. “O desconto de 10% que a escola oferece é maior do que o valor da mensalidade da AdUFRJ. Eu me sindicalizei justamente pensando neste convênio. Além do amparo legal do sindicato, ainda tem essa questão do desconto com a Escola Alfa.”, conta.

Estão disponíveis 20 convênios concentrados no Rio, em Macaé e em São Paulo e distribuídos em diferentes setores: academia, educação, produtos orgânicos, bem estar e estética, pet shop e serviços, educação, saúde, energia solar, corretoras de seguros e planos de saúde, cuidadores e papelaria e artigos de escritório. “Os serviços mais procurados são os de plano de saúde”, conta Meriane dos Santos Paula, funcionária que realiza os contatos para formar parcerias. Ela também convida os professores a dar seus depoimentos sobre o uso dos serviços e sugestões para possíveis convênios.

Para mais informações, basta entrar em contato com a Meriane, no telefone (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

Além do acesso aos convênios, os sindicalizados têm direito a atendimento



jurídico virtual em plantões semanais nas terças de manhã e quintas de tarde. Para agendar um horário, basta enviar um e-mail para atendimentojuridico@adufrrj.org.br com cópia para adufrrj@adufrrj.org.br.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



MAPLE
BEAR
TIJUCA



MIT
CUIDADORES



ACADEMIA
TIJUCA FIT



MADONA
CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA
RJ LTDA



CRECHE
AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA
RECRIAR



CESTA
CAMPONESA DE
ALIMENTOS
SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA
ORGÂNICOS



JC LUZ
CORRETORA



FLORA ENERGIA
SUSTENTÁVEL

BauKurs. BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS

MACAÉ



ESCOLA
ALFA



CLÍNICA
ESTAÇÃO
CORPORAL



HUMANA
CLÍNICA
MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS
ACADEMIA

CORPUS CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA

RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE
ENERGIA SOLAR

FILIE-SE

Para filiar-se ao sindicato, o professor deve acessar a aba “**filie-se**” do site **adufrrj.org.br** e preencher o formulário. Ao fim do cadastro, será necessário aceitar o Termo de Adesão e Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais, que permite à AdUFRJ o uso dos dados para a realização de convênios para prestação de serviços aos sindicalizados. Esses dados estão protegidos de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que garante a segurança das informações de pessoas físicas no meio digital e no material. “Nesse último ano foi importante termos nos adequados à LGPD, o que nos possibilita fechar acordo com empresas maiores e buscar convênios mais atrativos e que atendam à maioria dos nossos filiados”, diz Karine, diretora da AdUFRJ.

Em seguida, é preciso autorizar o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento, procedimento que pode ser realizado pelo aplicativo SouGov.br. Por fim, o professor será incluído no sistema da AdUFRJ e receberá uma mensagem confirmando a filiação.

FILIE-SE À ADUFRJ



PARA DEFENDER A UNIVERSIDADE E VALORIZAR O PROFESSOR